

Parlamentares terão férias

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu ontem não tomar a iniciativa de convocar o Congresso para trabalhar no recesso parlamentar de julho, a fim de terminar a votação no Senado das emendas ao capítulo da Ordem Econômica da Constituição. Desta forma, como os presidentes das Câmara e do Senado não querem também fazer a convocação, o Congresso entra em recesso a partir do dia 1º de julho. A convocação extraordinária, que era defendida por vários líderes governistas, teria um custo de R\$ 9,5 milhões para o Erário, correspondente aos dois salários extras que seriam pagos a cada um dos 513 deputados e 81 senadores.

A decisão foi tomada depois de um encontro de Fernando Henrique Cardoso com os presidentes da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP). "O presidente está confiante que, seja agora, seja em agosto, as reformas serão aprovadas", disse o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral. Luís Eduardo e Sarney

chegaram ao encontro com posição fechada contra a suspensão das férias. "Há sete anos o Congresso não tem recesso em virtude da instabilidade política, mas agora, é preciso valorizar a estabilidade", disse Sarney.

Ele informou que, antes das férias, só dará tempo para aprovar no Senado a emenda que acaba com o monopólio dos estados na distribuição do gás canalizado. Ficarão para o segundo semestre o fim do monopólio das telecomunicações, o fim dos privilégios das empresas nacionais e a abertura da navegação de cabotagem a navios estrangeiros. A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, com as regras do orçamento para o ano que vem), sem a qual o Congresso não pode entrar em recesso, será feita no prazo, até 30 de junho.